

Exmº Senhor Vice- Reitor, Prof. Doutor Pedro Teixeira

Na sequência do pedido do Presidente do Conselho Pedagógico da FDUP, Prof. Doutor José Cruz, em que solicita um parecer jurídico relativo ao cálculo das classificações finais dos estudantes de direito nas faculdades de direito do país, concluímos que os regulamentos citados pela FDUP, referentes a outras Universidades não estarão em conformidade com a norma habilitante (Decreto-Lei nº 74/2006¹, de 24 de março).

Contudo, a questão não é nova e desconhecemos se é verdadeiro o que se noticia, nomeadamente, a resposta a este tipo de questões por parte do Ministério da Ciência e do Ensino.

Donde, nos parece, salvo melhor, que antes demais se deve de facto consultar a tutela, no sentido de esclarecer a Universidade se os regulamentos de avaliação de ciclos de estudos, podem conter outros fatores para o cálculo da classificação final que não as classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos, por forma a procurar uma solução que, não sendo violadora das normas legais aplicáveis, permita obviar à desigualdade e injustiça relativa referida pelos estudantes da FDUP na exposição apresentada.

Se merecer concordância, segue já uma minuta de ofício.

Porto, SAJ, 16 de outubro de 2014

A Diretora Jurídica



Nazare Teixeira

¹ Alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto.

INFORMAÇÃO

Cód. Processo

J08/14A249

Pela Faculdade de Direito da U.P. é solicitado apoio nos seguintes termos:

“A pedido do Senhor Presidente do Conselho Pedagógico, Professor Doutor José Cruz, solicito o competente parecer jurídico relativo ao cálculo das classificações finais dos estudantes de direito nas faculdades de direito do país.

Questiona-se: se os artigos relativos ao cálculo de média final dos regulamentos de licenciatura em Direito de outras Faculdades Direito (em ficheiro anexo Bonificações-Regulamentos.pdf) violam o Artigo 12.º, conjugado com a alínea g) do Artigo 14.º (replicados abaixo) do Decreto-Lei n.º 74/2006 de 24 de Março (que aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior), republicado no dia 7 de Agosto de 2013.

Este pedido secunda a exposição já feita, e bem exemplificada com cálculos para casos-tipo, apresentada à Reitoria pelos estudantes da nossa Faculdade, através da sua associação de estudantes (ficheiro em anexo/ Moção final /classificação final.pdf), e tanto quanto sabemos, ainda não obteve resposta.

Dado tratar-se de um problema urgente e importante do ponto de vista institucional e académico, cumpre-nos encetar todos os esforços para o esclarecer e resolver.”

Sobre o assunto cumpre-nos informar:

O Decreto-Lei nº 74/2006², de 24 de março, que aprovou o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior, regime aplicável a todos os estabelecimentos de ensino superior (nº1 do artigo 2º), estabelece no seu artigo 12º, sob a epígrafe classificação final do grau de licenciado, o seguinte:

- 1. Ao grau de licenciado é atribuída uma classificação final, expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como no seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.*

² Alterado e republicado pelo Decreto-Lei nº 115/2013, de 7 de agosto.

2. *A classificação final é a média aritmética ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura.*
3. *Os coeficientes de ponderação são fixados pelas normas regulamentares a que se refere o artigo 14º.*
4. *A classificação final é atribuída pelo órgão legal e estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior.*

A lei determina, assim, relativamente **ao grau de licenciado** que a **classificação final** é a média aritmética ponderada das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o respetivo plano de estudos, **deixando ao poder regulamentar das instituições de ensino superior, no que ao cálculo da classificação final diz respeito, apenas a fixação dos coeficientes de ponderação e procedimentos para o cálculo da classificação final.**

Consistindo a média aritmética ponderada no cálculo da média mediante a multiplicação de cada valor do conjunto pelo seu coeficiente de ponderação ou “peso”, isto é, a sua importância relativa, fixar os coeficientes de ponderação traduzir-se-á, assim, em nosso entender, em determinar o peso relativo de cada uma das classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos.

Não estará assim, na nossa modesta opinião, conforme com a referida norma habilitante, qualquer regulamento que, para além de fixar os coeficientes de ponderação, estabeleça outros fatores para cálculo da classificação final que não as classificações obtidas nas unidades curriculares que integram o plano de estudos, como será eventualmente o caso dos regulamentos que vêm referidos pela FDUP.

Este entendimento não é, contudo, pacífico nem a questão é nova pois, como se poderá verificar na notícia do Público³, publicada a 2 de fevereiro de 2013, que anexamos.

Não sendo obviamente o Reitor da U. Porto competente para avaliar ou tomar qualquer medida quanto aos regulamentos aprovados pelos órgãos competentes de outras instituições de ensino superior, parece-nos pertinente questionar a tutela quanto ao seu entendimento nesta matéria por forma a procurar uma solução que, não sendo violadora

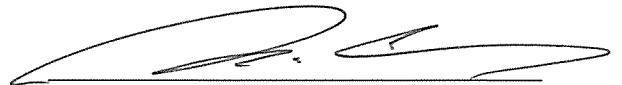
³ Disponível em <https://www.publico.pt/portugal/jornal/politecnicos-sobem-media-a-alunos-que-acabem-cursos-no-tempo-previsto-25997455>

das normas legais aplicáveis, permita obviar à referida desigualdade e injustiça relativa referida pelos estudantes da FDUP na exposição que pelos mesmos é apresentada.

À consideração superior

Porto, SAJ, 16 de outubro de 2014

A Jurista

A handwritten signature in black ink, consisting of several fluid, connected strokes, positioned above a horizontal line.

(Rosa Cardoso)